



CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA

ESTADO DE SÃO PAULO

Concurso Público

003. PROVA OBJETIVA

Técnico Legislativo

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números **01** a **04**.

Os estereótipos são numerosos. Os grupos étnicos são estereotipados, os cidadãos de outras nações e religiões são estereotipados, os gêneros e as preferências sexuais são estereotipados, as pessoas nascidas em várias épocas do ano são estereotipadas (astrologia solar) e as ocupações são estereotipadas. A interpretação mais generosa atribui esse modo de pensar a uma espécie de preguiça intelectual: em vez de julgar as pessoas pelos seus méritos e deficiências individuais, nós nos concentramos em uma ou duas informações a seu respeito, que depois inserimos num pequeno número de escaninhos previamente construídos.

Isso poupa o trabalho de pensar, embora em muitos casos custe o preço de cometer uma profunda injustiça. Com isso, aquele que pensa por estereótipos também fica protegido do contato com a enorme variedade de pessoas, a multiplicidade de maneiras de ser humano. Mesmo que a estereotipagem seja válida em média, está fadada a fracassar em muitos casos individuais: a variação humana passa por curvas do tipo sino. Há um valor médio de qualquer qualidade, e números menores de pessoas sumindo em ambos os extremos.

(Carl Sagan, "Maxwell e os 'nerds'". *O mundo assombrado pelos demônios*)

01. É correto deduzir, a partir do texto, que a estereotipagem resulta de

- (A) perspectiva individualista e de postura arrogante, sem possibilidade de corrigir erros de julgamento.
- (B) visão parcial e de acomodação intelectual, podendo representar risco ao julgamento justo.
- (C) ideias preexistentes e de desvios de discernimento, resultando em julgamento acertado.
- (D) conceitos válidos e de visão abrangente, podendo resultar em julgamento de base racional.
- (E) certezas assentadas e de amplitude de pensamento, com possibilidade de acertos de julgamento.

Para responder às questões de números **02** e **03**, atenha-se à seguinte passagem:

(I) **Mesmo que** a estereotipagem seja válida em média, (II) está fadada a fracassar em muitos casos individuais: (III) a variação humana passa por curvas do tipo sino.

02. Assinale a alternativa que analisa corretamente a relação de sentido entre os trechos (I) e (II) e apresenta a conjunção que substitui **Mesmo que**, sem prejuízo do sentido original.

- (A) O trecho (I) expressa, em relação ao (II), a ideia de ressalva concessiva; a conjunção adequada à substituição, no contexto, é **Embora**.
- (B) O trecho (I) expressa uma condição necessária em relação ao (II); a conjunção adequada à substituição, no contexto, é **Caso**.
- (C) O trecho (II) expressa a consequência do que se afirma no (I); a conjunção adequada à substituição, no contexto, é **Tanto que**.
- (D) O trecho (II) expressa um fato possível que se compara àquele expresso no trecho (I); a conjunção adequada à substituição, no contexto, é **Como**.
- (E) O trecho (I) expressa, em relação ao (II), o conceito de finalidade da ação; a conjunção adequada à substituição, no contexto, é **Desde que**.

03. Assinale a alternativa em que a relação de sentido estabelecida pelos dois-pontos entre os trechos (II) e (III) está preservada com a nova redação.

- (A) ... está fadada a fracassar em muitos casos; e a variação humana passa por curvas do tipo sino.
- (B) ... está fadada a fracassar em muitos casos, logo, a variação humana passa por curvas do tipo sino.
- (C) ... está fadada a fracassar em muitos casos – ou a variação humana passa por curvas do tipo sino.
- (D) ... está fadada a fracassar em muitos casos, também a variação humana passa por curvas do tipo sino.
- (E) ... está fadada a fracassar em muitos casos, pois a variação humana passa por curvas do tipo sino.

04. Assinale a alternativa em que as alterações feitas no trecho – Há um valor médio de qualquer qualidade, e números menores de pessoas sumindo em ambos os extremos. – resultam em concordância de acordo com a norma-padrão.

- (A) Existem valores médios de qualquer qualidades, e apenas 10% das pessoas some em ambos os extremos.
- (B) Podem haver valores médios de quaisquer qualidades, e quantidade menor de pessoas somem em ambos os extremos.
- (C) Especulam-se que pode haver valores médios de qualquer qualidades, e a minoria das pessoas some em ambos os extremos.
- (D) Tratam-se de estimativas de valores médios de quaisquer qualidades, e apenas um terço das pessoas somem em ambos os extremos.
- (E)** Há estimativas de valores médios de quaisquer qualidades, e pequena parte das pessoas some em ambos os extremos.

05. Assinale a alternativa em que os pronomes estão empregados e colocados em conformidade com a norma-padrão.

- (A) Nos concentramos em uma ou duas informações e, depois, inserimos-las em escaninhos.
- (B) Pensamentos estereotipados atingem diversas pessoas; julgam-nas com base em generalizações, sem lhes avaliar os méritos.
- (C) Quanto a esse modo de se pensar, a interpretação mais generosa atribui ele à preguiça intelectual.
- (D) Nunca dão-se o trabalho de pensar, embora isso os custe o preço de cometer uma injustiça.
- (E) Aquele que pensa por estereótipos também protege-se do contato com muitas pessoas.

Leia o texto, para responder às questões de números **06** e **07**.

O líder é um canalha. Dirá alguém que estou generalizando. Exato: estou generalizando. Vejam, por exemplo, Stalin. Ninguém mais líder. Lenin pode ser esquecido, Stalin, não. Um dia, os camponeses insinuaram uma resistência. Stalin não teve nem dúvida, nem pena. Matou, de fome punitiva, 12 milhões de camponeses. Nem mais, nem menos: 12 milhões. Era um maravilhoso canalha e, portanto, o líder puro.

E não foi traído. Aí está o mistério que, realmente, não é mistério, é uma verdade historicamente demonstrada: o canalha, quando investido de liderança, faz, inventa, aglutina e dinamiza massas de canalhas. Façam a seguinte experiência: ponham um santo na primeira esquina. Trepado num caixote, ele fala ao povo. Mas não convencerá ninguém, e repito: ninguém o seguirá. Invertam a experiência e coloquem na mesma esquina, e em cima do mesmo caixote, um pulha indubitável. Instantaneamente, outros pulhas, legiões de pulhas, sairão atrás do chefe abjeto.

(Nelson Rodrigues, “Assim é um líder”. O óbvio Ululante. Adaptado)

06. É correto afirmar que, do ponto de vista do autor,

- (A) há uma tendência de o tempo fazer esquecer ações cometidas por poderosos.
- (B) verdadeiros líderes se afastam de influências maléficas capazes de contaminar seu poder.
- (C)** líderes são lembrados especialmente por atos que ele classifica como canalhice.
- (D) não há santos entre os líderes, porque líderes não convencem as multidões.
- (E) a importância dos líderes e sua permanência na história decorrem de suas virtudes.

07. Ao admitir que está generalizando, o autor informa que seu juízo consiste em

- (A) reconhecer a possibilidade de seu pensamento receber adesão de observadores.
- (B) afirmar que suas ideias não têm fundamento, pois se baseiam em comentários.
- (C) reformular seu modo de pensar acerca de líderes que têm seguidores fiéis.
- (D)** estender um atributo observado em alguns a um conjunto de seres semelhantes.
- (E) contestar a ideia de que pensa sem base em fatos da história contemporânea.

As questões de números **08** a **10** têm por referência o *Manual de Redação da Presidência da República*.

08. Em decorrência da impessoalidade que deve marcar os atos e comunicações oficiais, é correto afirmar que o padrão culto da língua

- (A) pode ser adotado sempre que implicar o uso de uma linguagem burocrática que melhor traduza a intenção do legislador e garanta o cumprimento da norma.
- (B) deve ser negligenciado sempre que for necessário fazer compreender a comunicação por grupos de falantes não afeitos a construções mais elaboradas.
- (C)** deve ser adotado, tendo em vista o objetivo de informar com clareza e precisão, empregando vocabulário comum ao conjunto de usuários da língua.
- (D) demanda habilidades especiais do legislador, que terá de empregar o jargão burocrático para garantir clareza e compreensão da norma legal.
- (E) requer conhecimentos específicos do redator para expressar-se no que se considera padrão oficial de linguagem, de acordo com o destinatário do texto.

09. Assinale a alternativa cujo trecho de Ofício, dirigido de um Presidente de Câmara Legislativa para outro, se apresenta redigido de acordo com os princípios de correção gramatical, coesão, objetividade e demais requisitos indicados no referido *Manual*.

- (A) Tem este a finalidade de dirigir à V.Ex^a convite de participação no ato de premiação do grupo vencedor do projeto de “Gestão Pública Sustentável”, promovido por essa Câmara Legislativa comemorando 100 anos do nosso Município.
- (B) Viemos por meio deste convidar S.S^a para participar da cerimônia na qual premiará o grupo que venceu o concurso “Gestão Pública Sustentável” dessa Câmara de Vereadores, em comemoração do centésimo aniversário desse Município.
- (C) É com imensa satisfação que venho convidar V.S^a para a cerimônia de premiação do grupo que venceu o concurso “Gestão Pública Sustentável” que nós promovemos para comemorar condignamente os 100 anos desse nosso Município.
- (D)** Convidamos V.Ex^a para participar da cerimônia de premiação do grupo vencedor do concurso “Gestão Pública Sustentável” promovido por esta Câmara Legislativa, como parte das comemorações do centenário deste Município.
- (E) Vimos através deste, convidá-lo, para que S. Ex^a participe da cerimônia onde premiará o grupo vencedor do concurso “Gestão Pública Sustentável”, promovida pela Câmara Legislativa cuja presido, pelo centenário do Município.

10. Ao tratar das questões fundamentais da técnica legislativa, o *Manual de Redação da Presidência da República* aponta que se costuma distinguir a sistemática da lei em _____, que se observa a fim de evitar que o texto normativo apresente _____; e _____, que responde pela _____ da norma legal.

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do enunciado.

- (A)** interna ... contradições lógicas, teleológicas ou valorativas ... externa ... estrutura
- (B) externa ... preceitos ilegais ... interna ... recepção padrão
- (C) externa ... contradições éticas ou valorativas ... interna ... delimitação
- (D) interna ... ilegalidades flagrantes ... externa ... adoção de preceitos
- (E) externa ... imperfeição de enunciados ... interna ... segurança institucional

11. Para que trabalhem sempre com a mesma precisão, três máquinas de uma empresa têm revisões técnicas periódicas, em datas preestabelecidas. A máquina A é revisada a cada 12 dias; a máquina B, a cada 20 dias; e a máquina C, a cada 15 dias. Sabe-se que, a cada n dias, as datas das revisões coincidem, e as três máquinas são revisadas simultaneamente no mesmo dia. Desse modo, é correto afirmar que n é igual a

- (A) 32.
- (B) 35.
- (C) 47.
- (D) 55.
- (E)** 60.

12. Um investidor aplicou, por um mês, certo capital a juro simples, à taxa de 0,75% ao mês, e recebeu x reais de juros. Se esse capital tivesse permanecido na mesma aplicação por mais 4 meses, o investidor teria recebido $(x + 360)$ reais de juros. Nessas condições, é correto afirmar que o valor aplicado foi

- (A) R\$ 10.000,00.
- (B) R\$ 10.600,00.
- (C) R\$ 11.500,00.
- (D)** R\$ 12.000,00.
- (E) R\$ 12.400,00.

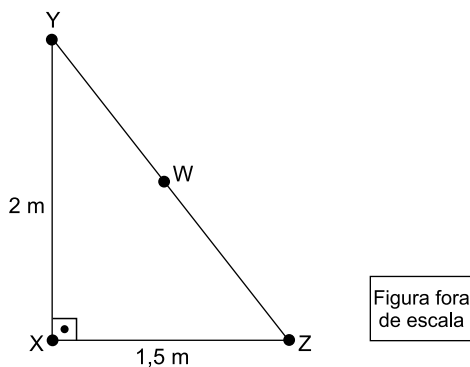
13. Um grupo de materiais foi submetido a testes de laboratório para avaliar o nível de resistência a impactos, sendo os resultados obtidos expressos em notas que vão de 1 (menos resistente) a 10 (mais resistente). Do número total de materiais testados, sabe-se que 20% obtiveram nota 4, que metade obteve nota 6 e que os materiais restantes obtiveram nota 7. Nessas condições, é correto afirmar que a média aritmética das notas dos materiais testados foi

- (A) 4,2.
- (B) 4,8.
- (C) 5,7.
- (D)** 5,9.
- (E) 6,4.

14. Em uma tomada de preços para a compra de certo produto, observa-se que a razão entre o maior e o menor preço encontrados é de 12 para 7, e que a diferença entre eles é igual a R\$ 80,00. Nessas condições, é correto afirmar que, nessa tomada de preços, o maior preço encontrado foi

- (A) R\$ 182,00.
- (B) R\$ 188,00.
- (C)** R\$ 192,00.
- (D) R\$ 200,00.
- (E) R\$ 204,00.

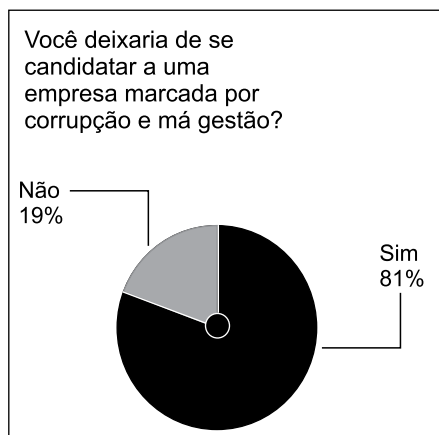
15. No início de uma viagem a trabalho, o combustível contido no tanque do carro de Daniel ocupava $\frac{3}{4}$ da sua capacidade total. No final dessa viagem, havia no tanque apenas $\frac{1}{5}$ da quantidade inicial. Se, nessa viagem, foram consumidos 30 litros de combustível e não houve reposição, então a quantidade de litros de combustível que restava no tanque, no final dessa viagem, era
- (A) 7,5.
(B) 7,0.
(C) 6,7.
(D) 6,0.
(E) 5,8.
16. Na revisão do projeto inicial, um jardim, de formato quadrado, teve sua área original diminuída em 56 m^2 . No projeto reformulado, o jardim manteve o formato quadrado e passou a ter perímetro igual a 20 m. Assim, no projeto inicial, a medida do lado desse jardim, em metros, era igual a
- (A) 8.
(B) 9.
(C) 10.
(D) 11.
(E) 12.
17. Um painel, de formato triangular, foi fixado em uma parede em 4 pontos, identificados na figura por X, Y, W e Z.



Se o ponto W está localizado exatamente na metade da distância entre os pontos Y e Z, então a distância, em metros, entre os pontos W e Z é igual a

- (A) 1,25.
(B) 1,40.
(C) 1,50.
(D) 1,60.
(E) 1,75.

18. O gráfico de setores a seguir mostra um dos resultados de um levantamento feito para avaliar os efeitos dos escândalos de corrupção e má gestão na reputação das empresas.



(O Estado de S.Paulo, 19.07.2016)

Se a diferença entre o número de pessoas que responderam “sim” e o número de pessoas que responderam “não” foi igual a 868, então o número total de pessoas ouvidas nessa pesquisa foi

- (A) 1 100.
(B) 1 150.
(C) 1 400.
(D) 1 450.
(E) 1 500.

19. Um reservatório, com formato de paralelepípedo reto-retângulo, cujas arestas medem, em metros, k , $\frac{1}{2}k$ e $\frac{1}{4}k$, contém $6,75 \text{ m}^3$ de água, que preenchem $\frac{1}{4}$ de sua capacidade total.

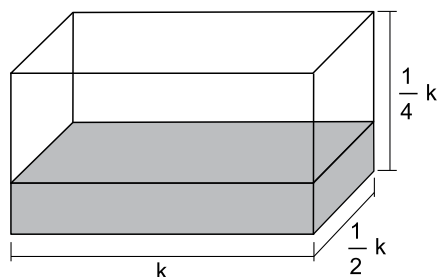


Figura fora de escala

Desse modo, é correto afirmar que o valor de k , em metros, é

- (A) 4,5.
(B) 5.
(C) 5,25.
(D) 5,75.
(E) 6.

20. Em uma empresa, 32 máquinas iguais produziam, em 10 horas diárias de serviço, 6 000 unidades, por dia, de certa peça P. Com a recessão, a jornada de trabalho diária foi reduzida para 8 horas, e a empresa passou a operar com apenas 16 das mesmas máquinas. Nessas condições, o número de unidades da peça P produzidas diariamente passou a ser igual a

- (A) 2 600.
(B) 2 400.
(C) 2 200.
(D) 2 000.
(E) 1 800.

R A S C U N H O

21. Considerando o disposto na Lei Orgânica do Município de Taquaritinga a respeito do veto do Prefeito aos projetos de lei, é correto afirmar que

- (A) o veto deverá recair sobre todo o projeto, não podendo ser vetada apenas parte dele.
- (B) o poder de veto do Prefeito é discricionário, sendo exercido por motivos de conveniência e oportunidade.
- (C) o veto poderá ser rejeitado pela Câmara pelo voto favorável da maioria absoluta dos vereadores.
- (D) se o veto for rejeitado, o Prefeito não poderá promulgar a respectiva lei.
- (E) o Prefeito tem o prazo de trinta dias para exercer o poder de veto sobre o projeto de lei.

22. Assinale a alternativa correta a respeito da fiscalização contábil financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e de entidades da administração direta e indireta, conforme o disposto na Lei Orgânica do Município de Taquaritinga.

- (A) O controle externo será exercido pela Câmara com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
- (B) O controle interno será exercido pelos órgãos do Poder Judiciário.
- (C) As contas do Município ficarão, durante noventa dias, anualmente, para exame e apreciação, à disposição de qualquer contribuinte.
- (D) O Ministério Público é a parte legítima para denunciar irregularidades ao Tribunal de Contas do Estado ou à Câmara Municipal.
- (E) Ao final de cada mandato, o Prefeito Municipal deverá apresentar as contas das entidades públicas municipais ao Poder Judiciário, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, em caso de descumprimento.

23. Nos moldes do Regimento Interno da Câmara Municipal de Taquaritinga, é correto afirmar, a respeito da Mesa da Câmara, que:

- (A) imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a Presidência do mais velho em idade dentre os presentes.
- (B) na composição da Mesa Diretora, será dada preferência aos partidos ou aos blocos parlamentares que tiverem maior número de Vereadores na Câmara.
- (C) o mandato da Mesa Diretora será de quatro anos, vedada a recondução para o mesmo cargo, na eleição imediatamente subsequente, da mesma legislatura.
- (D) vagando-se qualquer cargo da Mesa, será realizada eleição no expediente da primeira sessão seguinte, para completar o biênio do mandato.
- (E) os membros da mesa em exercício não poderão fazer parte de Comissões a serem instaladas na Câmara.

24. Órgão deliberativo e soberano da Câmara Municipal, segundo o Regimento Interno da Câmara Municipal de Taquaritinga, é

- (A) a Mesa Diretora.
- (B) o Plenário.
- (C) a Presidência da Câmara.
- (D) a Comissão de Constituição e Justiça.
- (E) a Diretoria Legislativa.

25. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Taquaritinga, extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o funcionário estável será

- (A) demitido a bem do serviço público, sem indenização, tendo direito, no entanto, às verbas rescisórias.
- (B) exonerado do cargo, com direito à indenização proporcional ao tempo de serviço.
- (C) aposentado do serviço público, com direito aos proventos integrais.
- (D) exonerado do cargo, com direito à indenização correspondente a 1/10 (um décimo) dos seus vencimentos por ano trabalhado.
- (E) posto em disponibilidade remunerada com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

26. O aplicativo acessório, presente no MS-Windows 7, em sua configuração padrão, usado para edições simples em imagens como BMP ou JPG é o

- (A) Notepad.
- (B) WordPad.
- (C) Notas Autoadesivas.
- (D) Windows Explorer.
- (E) Paint.**

27. Observe a imagem a seguir, retirada do MS-Word 2010, em sua configuração padrão.



O recurso relacionado à imagem, que é muito útil para edição de textos em sites, revistas e jornais é:

- (A) Marcadores.
- (B) Colunas.**
- (C) Alinhamento de Parágrafo.
- (D) Recuo.
- (E) Justificar.

28. A planilha a seguir está sendo editada por meio do MS-Excel 2010, em sua configuração padrão.

	A	B	C
1	3	9	4
2	5	3	1
3	2	4	2
4			

Assinale a alternativa que contém o valor que será exibido na célula B4, após esta ser preenchida com a seguinte fórmula:

=MÉDIA(A1:C1;SOMA(A3:C3))

- (A) 4
- (B) 5
- (C) 6**
- (D) 7
- (E) 8

29. Durante a edição de slides por meio do MS-PowerPoint 2010, em sua configuração padrão, o recurso “Espaçamento entre Linhas” é muito útil para facilitar a leitura de textos que estejam sendo exibidos.

Assinale a alternativa que contém o ícone cujo nome é “Espaçamento entre Linhas”.

- (A)
- (B)
- (C)
- (D)**
- (E)

30. Para usuários que possuem uma grande quantidade de contatos de e-mail, um recurso muito útil no MS-Outlook 2010, em sua configuração padrão, que permite o gerenciamento dos contatos para comunicações via e-mail, é:

- (A) Catálogo de Endereços.**
- (B) Categorização.
- (C) Filtro de E-mail.
- (D) Favoritos.
- (E) Conversas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Nos termos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com

- (A) os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à igualdade e à propriedade.
- (B) a equidade.
- (C) os princípios normativos da Constituição.
- (D)** a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.
- (E) os critérios do livre convencimento motivado.

32. A parte da lei que contém o texto das normas de conteúdo substantivo relacionadas à matéria regulada, segundo previsto na Lei Complementar nº 95/98, é denominada parte

- (A) aplicativa.
- (B) regulatória.
- (C) dispositiva.
- (D) preliminar.
- (E)** normativa.

33. Leia texto a seguir.

As atividades administrativas são desenvolvidas pelo Estado para benefício da coletividade. Mesmo quando age em vista de algum interesse estatal imediato, o fim último de sua atuação deve ser voltado para o atendimento das necessidades da coletividade. Se, no entanto, não estiver presente esse objetivo, a atuação estatal estará inquinada de desvio de finalidade.

O texto refere-se ao princípio da Administração Pública da

- (A) segurança jurídica.
- (B) continuidade do serviço público.
- (C) eficiência.
- (D)** supremacia do interesse público.
- (E) dignidade da pessoa humana.

34. Acerca da invalidação e da revogação dos atos administrativos, é correto afirmar que o Supremo Tribunal Federal possui entendimento pacificado e sumulado no sentido de que a Administração Pública pode

- (A) anular seus próprios atos, por motivos de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada a possibilidade de apreciação judicial.
- (B) revogar seus próprios atos, por motivo de conveniência ou oportunidade, cabendo ao Poder Judiciário fazê-lo, supletivamente, caso a Administração seja omissa.
- (C) anular seus próprios atos, quando neles incidirem vícios de ilegalidade, sem possibilidade de apreciação judicial da mesma matéria.
- (D) revogar seus próprios atos, por motivo de conveniência ou oportunidade, sem qualquer dever de indenizar, pois inexistem direitos adquiridos.
- (E)** anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos.

35. Os processos administrativos podem ter caráter litigioso, como quando, por exemplo, neles são discutidas questões tributárias. Nesse caso, no entanto, o processo administrativo difere do processo judicial porque, no primeiro,

- (A) há um rigor procedimental e de ritualística da sequência de atos a ser observada que não está presente no processo judicial, o qual segue o princípio do informalismo.
- (B)** os conflitos são decididos pelo próprio Estado, que tem a posição de parte e de julgador.
- (C) não há incidência do devido processo legal e dos decorrentes princípios da ampla defesa e do contraditório.
- (D) as partes precisam suscitar a atuação estatal por conta do princípio da inércia, enquanto que, no processo judicial, o impulso é do próprio Estado-juiz.
- (E) não incide o princípio da publicidade, assim, os indivíduos não têm direito de acesso aos referidos processos, ainda que sejam os titulares do direito material.

36. Considere a situação hipotética a seguir.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Taquaritinga e o servidor Presidente da Comissão de Licitações da Casa receberam vantagem econômica de sócio da empresa X para firmar contrato de prestação de serviços de limpeza das dependências da Câmara, com valor 30% (trinta por cento) superior ao valor de mercado.

Considerando que o recebimento dessa vantagem é considerado ato de improbidade administrativa, nos termos da Lei Federal nº 8.429/92, é correto afirmar que, no polo passivo da respectiva ação de improbidade,

- (A) não pode figurar o Presidente da Câmara de Vereadores, pois os agentes políticos só respondem por crimes de responsabilidade, não sendo alcançados pela ação de improbidade.
- (B) não pode constar a empresa X, pois a Lei Federal nº 8.429/92 expressamente determina que somente pessoas físicas podem ser réis em ação de improbidade administrativa.
- (C) pode figurar o sócio da empresa X, pois responde por ato de improbidade aquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.
- (D) pode figurar o Presidente da Comissão de Licitações, desde que em litisconsórcio passivo unitário com a Câmara Municipal, pois o ente público no qual o ato foi praticado sempre constará do polo passivo da ação de improbidade.
- (E) pode figurar somente o Presidente da Câmara de Vereadores, por sua condição de dirigente do Poder Legislativo, devendo os demais envolvidos, o servidor Presidente da Comissão e o particular sócio da empresa, responderem somente por crime de corrupção passiva.

37. Dentre o rol dos direitos fundamentais da Constituição Federal, consta que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas

- (A) cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- (B) cujo teor diga respeito a informações pessoais.
- (C) que forem expressamente sigiladas pelos órgãos públicos, nos termos de lei federal ainda não editada.
- (D) cujo conteúdo deva ser resguardado, para fins patrimoniais, por direitos autorais ou de marcas e patentes.
- (E) que constem de rol taxativo de leis a serem editadas pela União, pelos Estados, pelos Municípios ou pelo Distrito Federal, nos limites de suas competências.

38. Hipoteticamente, um servidor da Câmara Municipal de Taquaritinga candidata-se a Vereador, logrando êxito em ser eleito. Considerando o previsto na Constituição Federal de 1988, o servidor da Câmara Municipal

- (A) ficará obrigatoriamente afastado de seu cargo, emprego ou função, com prejuízo da remuneração deste.
- (B) ficará obrigatoriamente afastado de seu cargo, emprego ou função, podendo, todavia, acumular a respectiva remuneração.
- (C) havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- (D) independentemente da compatibilidade de horários, cumulará as vantagens de seu cargo, emprego ou função e do cargo eletivo.
- (E) ficará obrigatoriamente afastado de seu cargo, emprego ou função, e seu tempo de serviço não será contado para os efeitos legais.

39. A Lei Orgânica do Município deve seguir, entre outros preceitos previstos na Constituição Federal, o preceito que determina que a iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros ocorrerá por meio de manifestação de, pelo menos,

- (A) 5% (cinco por cento) do eleitorado.
- (B) 10% (dez por cento) do eleitorado.
- (C) 15% (quinze por cento) do eleitorado.
- (D) 20% (vinte por cento) do eleitorado.
- (E) 25% (vinte e cinco por cento) do eleitorado.

40. Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre o controle preventivo de constitucionalidade no sistema constitucional brasileiro.

- (A) Caso o Chefe do Executivo entenda ser inconstitucional o projeto de lei, poderá vetá-lo, mas tal medida não caracteriza o exercício de controle preventivo de constitucionalidade.
- (B) O controle prévio ou preventivo de constitucionalidade, a ser realizado pelo Poder Judiciário sobre projeto de lei, pode ser realizado por mandado de segurança, cuja legitimação para a impetração é exclusiva do parlamentar.
- (C) O Legislativo verificará, por meio de suas comissões de constituição e justiça, se as proposições, como de lei, medida provisória, resoluções de tribunais ou decretos do Executivo, contêm algum vício a ensejar a inconstitucionalidade.
- (D) O veto jurídico do Chefe do Poder Executivo, por inconstitucionalidade de projeto de lei, poderá ser rejeitado pelo voto de maioria simples dos Deputados e Senadores, em votação ostensiva.
- (E) Na hipótese de derrubada do veto do Chefe do Poder Executivo por inconstitucionalidade, com a consequente promulgação da lei, esta não poderá ser objeto de controle de constitucionalidade posterior ou repressivo pelo Poder Judiciário.

41. A Constituição Federal de 1988 prevê que a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência. Tal previsão constitucional é considerada uma pedra angular do direito eleitoral e conhecida como princípio da
- (A) anterioridade eleitoral.
 - (B) anualidade eleitoral.
 - (C) periodicidade eleitoral.
 - (D) segurança jurídico-eleitoral.
 - (E) estrita legalidade eleitoral.
42. Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre os direitos políticos sob a perspectiva da Constituição Federal de 1988.
- (A) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os analfabetos, os maiores de setenta anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
 - (B) Não podem se alistar como eleitores os estrangeiros, os analfabetos e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
 - (C) São inelegíveis os inalistáveis, os analfabetos, os maiores de setenta anos e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
 - (D) É condição de elegibilidade a idade mínima de 21 (vinte e um) anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz.
 - (E) Os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para dois períodos subsequentes.
43. O registro do estatuto do partido político no Tribunal Superior Eleitoral é necessário
- (A) para que o partido político adquira personalidade jurídica de direito público.
 - (B) para que o partido político adquira personalidade jurídica de direito privado.
 - (C) para que o partido possa participar do pleito, devendo ser realizado até um ano antes das eleições.
 - (D) para que o partido possa participar do pleito, devendo ser realizado até seis meses antes das eleições.
 - (E) somente se o partido político quiser ter acesso ao fundo partidário e ao horário eleitoral gratuito.
44. O sistema proporcional foi concebido para refletir os diversos pensamentos e tendências existentes no meio social, ensejando a representação de grupos minoritários. É correto afirmar que o sistema proporcional
- (A) não foi adotado pela Constituição Federal de 1988, que consagra somente o sistema majoritário.
 - (B) é aquele no qual a circunscrição eleitoral é repartida em distritos, sendo que o partido político pode apresentar um só candidato por distrito.
 - (C) é aquele no qual o candidato que receber a maioria – absoluta ou relativa – dos votos válidos é considerado vencedor do certame.
 - (D) é adotado na Constituição Federal de 1988 nas eleições do Poder Executivo, de Presidente, Governadores dos Estados e do Distrito Federal e Prefeitos Municipais.
 - (E) é adotado na Constituição Federal de 1988 nas eleições para as Casas Legislativas, a saber, a Câmara de Deputados, as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores.
45. Aqueles que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável, que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, tornam-se inelegíveis para as eleições que se realizarem nos
- (A) 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão.
 - (B) 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data em que o fato ocorreu.
 - (C) 4 (quatro) anos seguintes, contados a partir da data da decisão.
 - (D) 4 (quatro) anos seguintes, contados a partir da data em que o fato ocorreu.
 - (E) 2 (dois) anos seguintes, contados a partir da data da decisão.
46. Dentre as competências asseguradas ao Município, em decorrência de sua autonomia prevista na Constituição Federal de 1988, encontra-se a competência de
- (A) planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações.
 - (B) organizar, manter e executar a inspeção do trabalho.
 - (C) legislar sobre trânsito e transporte.
 - (D) manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental.
 - (E) exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversas públicas e de programas de rádio e televisão.

47. Acerca do regime dispensado ao Prefeito e ao Vice-Prefeito Municipais, é correto afirmar que a Constituição Federal prevê que

- (A) os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais sejam fixados por lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal.
- (B) a eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de três anos, seja feita mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País.
- (C) a eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito deve ser realizada no último domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder.
- (D) não perderá o mandato o Prefeito que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta.
- (E) o julgamento do Prefeito deverá ocorrer perante o Tribunal de Justiça, preceito a ser observado pela Lei Orgânica Municipal.

48. Considere a seguinte situação hipotética.

Presidente da Câmara Municipal de Taquaritinga promove reajuste geral dos vencimentos dos servidores efetivos e comissionados da Casa. A partir de tal medida, o gasto com a folha de pagamento, nele incluídos os gastos com os subsídios dos Vereadores, passa a equivaler a 77% (setenta e sete por cento) da receita da Câmara Municipal.

Acerca da conduta do Presidente da Câmara Municipal, à luz do previsto na Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) é conduta válida perante o ordenamento jurídico pátrio, pois a Constituição Federal determina que o limite de gastos com pessoal das Câmaras Municipais seja de até 70% (setenta por cento) da receita dos tributos municipais, excluídas as transferências, e não da receita da Casa Legislativa.
- (B) constitui ato de improbidade administrativa do Presidente da Câmara Municipal, pois a Casa Legislativa não poderá gastar mais de 60% (sessenta por cento) de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
- (C) constitui crime de responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal, pois a Casa Legislativa não poderá gastar mais de 70% (setenta por cento) de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
- (D) é conduta válida perante o ordenamento jurídico pátrio, pois a Constituição Federal determina que o limite de gastos com o pessoal das Câmaras Municipais seja de até 80% (oitenta por cento) da receita da Casa Legislativa.
- (E) constitui infração administrativa comum punida com multa de trinta por cento dos vencimentos anuais do agente que lhe der causa, no caso, o Presidente da Câmara, sendo o pagamento da multa de sua responsabilidade pessoal.

49. É competência da Câmara Municipal, nos termos da Constituição Federal de 1988,

- (A) votar a Lei Orgânica Municipal, em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprová-la por 2/3 (dois terços) de seus membros.
- (B) emitir parecer sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, sendo estas julgadas, posteriormente, pelo Tribunal de Contas competente.
- (C) disciplinar sua organização, observado o limite máximo de 10 (dez) Vereadores, nos Municípios de mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes e de até 80.000 (oitenta mil) habitantes.
- (D) fixar o subsídio dos Vereadores para a legislatura, em sua primeira sessão legislativa, observado, nos Municípios de 50.000 (cinquenta mil) a 100.000 (cem mil) habitantes, como teto 30% (trinta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais.
- (E) aprovar o plano diretor, o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, obrigatório para cidades com mais de 10 (dez mil) habitantes.

50. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo realizado pela Câmara Municipal, com o auxílio

- (A) do Ministério Público Estadual e eventualmente, em se tratando de transferências de recursos da União, pelo Ministério Público Federal.
- (B) dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município, ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
- (C) da Controladoria-Geral do Município ou, em sua ausência, da Corregedoria Geral da Administração Municipal.
- (D) do Tribunal de Contas da União, por meio da auditoria especializada na Administração Municipal.
- (E) dos Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais, cuja criação se tornou obrigatória a partir da Constituição Federal de 1988.

51. Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre a iniciativa do processo legislativo.
- (A) A iniciativa reservada é a regra, competindo a iniciativa do processo legislativo concorrentemente ao Executivo, ao Legislativo, ou ao povo.
 - (B) A Constituição reserva a iniciativa de certas matérias a titular determinado, como o Chefe do Poder Executivo ou aos Tribunais, o que é denominado poder geral de iniciativa.
 - (C) A iniciativa popular, por meio de apresentação de projeto de lei, não é contemplada pelo processo legislativo previsto na Constituição Federal de 1988.
 - (D) O poder de emendar não é reservado apenas aos parlamentares, da mesma forma que a iniciativa, ele é estendido ao Executivo, ao povo e aos Tribunais.
 - (E) Diz-se vinculada a iniciativa quando a apresentação do projeto de lei sobre determinada questão é exigida pela Constituição, em data ou em prazo certo.
52. O exame de projeto de lei por comissão, ou comissões, é conveniente para preparar uma decisão esclarecida e consciente por parte dos membros do Poder Legislativo, sendo correto afirmar que
- (A) a análise por comissão é condição de validade do processo legislativo, sendo a lei resultante inconstitucional se esse requisito não for observado.
 - (B) o parecer contrário em qualquer comissão é suficiente para o arquivamento do projeto, sem cabimento de recurso ao Plenário.
 - (C) a Constituição não prevê o envio de qualquer projeto obrigatoriamente ao exame de comissão, fazendo-o apenas em relação à Medida Provisória.
 - (D) a análise por comissão é condição de validade do processo legislativo, mas sua ausência não é vício suficiente a induzir a inconstitucionalidade da lei resultante.
 - (E) no regime da Constituição Federal de 1988, não está prevista a existência de comissões com função de análise prévia.
53. Nos termos da Constituição Federal, pela regra geral de deliberação de um processo legislativo, um projeto de lei ordinária que tramita em uma Câmara de Vereadores será considerado aprovado se obtiver
- (A) maioria de votos, quando presente a maioria dos membros da casa.
 - (B) votos correspondentes a pelo menos 2/3 (dois terços) do número total de membros da casa.
 - (C) votos correspondentes a pelo menos 3/5 (três quintos) do número total de membros da casa.
 - (D) maioria de votos, independentemente do número de membros da casa presentes à sessão.
 - (E) votos correspondentes a mais da metade dos membros da casa.
54. O ato pelo qual o projeto aprovado pelo Poder Legislativo transforma-se em lei é denominado
- (A) veto.
 - (B) publicação.
 - (C) promulgação.
 - (D) sanção.
 - (E) assentimento.
55. A promulgação de uma lei, ato que, como regra geral, é praticado pelo Chefe do Poder Executivo, tem, entre outros efeitos, o de
- (A) recusar a sanção por um motivo estritamente jurídico, a incompatibilidade da lei aprovada com a Constituição Federal.
 - (B) indicar que, até que os tribunais se pronunciem em contrário, a lei é válida, executável e obrigatória.
 - (C) tornar obrigatória a publicação do ato normativo no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de crime de responsabilidade.
 - (D) recusar a sanção por um motivo de interesse público, apontando a inconveniência da lei aprovada.
 - (E) convalidar todos os vícios que eventualmente possam ter ocorrido durante a tramitação do processo legislativo.
56. “Compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.” Esse conceito, previsto na Lei Complementar nº 101/2000, corresponde à definição legal de
- (A) dívida pública consolidada.
 - (B) dívida pública mobiliária.
 - (C) concessão de garantia.
 - (D) dívida pública fundada.
 - (E) operação de crédito.

57. Assinale a alternativa cujo teor está expressamente contemplado no texto da Lei Complementar nº 101/2000 e que complementa corretamente o dispositivo da referida Lei.

“As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação

(A) pelo Ministério Público e pela Advocacia Geral da União.”

(B) pelos órgãos de controle de Contas.”

(C) pelos cidadãos e instituições da sociedade.”

(D) pelos órgãos da sociedade civil e pelas organizações sociais.”

(E) pelo Poder Legislativo e pela Controladoria Geral da União.”

58. Determinado Município gasta 50% de sua receita corrente líquida com despesa fixa de pessoal. Mas, no mesmo período de apuração, promoveu atos de incentivo à demissão voluntária de pessoal cujas despesas consumiram mais 12% da sua receita. Nessa hipótese, segundo o disposto na Lei Complementar nº 101/2000, é correto afirmar que o Município

(A) ultrapassou o seu limite de gastos com pessoal previsto na Lei, que é de sessenta por cento, devendo, para esse fim, ser somadas as duas despesas.

(B) não ultrapassou seu limite de gastos com pessoal, previsto na Lei, que é de cinquenta por cento, devendo ser considerada apenas a despesa fixa.

(C) ultrapassou o seu limite de gastos com pessoal, previsto na Lei, que é de cinquenta por cento, devendo, para esse fim, ser consideradas ambas as despesas.

(D) não ultrapassou seu limite de gastos com pessoal, previsto na Lei, que é de sessenta por cento, devendo, para esse fim, ser considerada apenas a despesa fixa.

(E) ultrapassou o limite de gastos com as despesas extras de incentivos à demissão voluntária, que não poderia exceder a dez por cento de sua receita corrente líquida.

59. Segundo a Lei Federal nº 12.527/2011, a qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema, denomina-se

(A) autenticidade.

(B) integridade.

(C) primariedade.

(D) disponibilidade.

(E) criptografia.

60. Determinado cidadão solicita ao Município uma informação, que se constatou ser parcialmente sigilosa. Nessa hipótese, a Lei Federal nº 12.527/2011 estabelece que

(A) não poderá ser autorizado acesso à informação solicitada por ser parcialmente sigilosa.

(B) poderá ser autorizado o acesso integral à informação, sem qualquer restrição.

(C) é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

(D) o postulante terá que aguardar o prazo de um ano para que o Município possa promover as medidas necessárias para resguardar a parte sigilosa da informação.

(E) o Município deverá fornecer a informação integral ao solicitante, obtendo declaração deste, que deverá manter o devido sigilo, sob as penas da lei.

